



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS
SEÇÃO DE SEGURANÇA E TRANSPORTES**

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

LOCAÇÃO DE AERONAVE - ELEIÇÃO 2016

1. OBJETO

Táxi aéreo para atender às demandas da Justiça Eleitoral do Tocantins, referente ao transporte aéreo de urna eletrônica a ser utilizada no procedimento de auditoria denominada Votação Paralela, prevista na Resolução TSE específica, bem como no transporte de magistrados, servidores, policiais, materiais e equipamentos para atendimento de demandas no período eleitoral.

2. JUSTIFICATIVA

O Estado do Tocantins possui área territorial bastante extensa e localidades de difícil acesso e distantes da Capital, o que impossibilita o deslocamento rápido por meio de transporte terrestre.

Há locais de votação localizados em povoados, assentamentos rurais e aldeias indígenas, onde o atendimento urgente de uma demanda somente é possível com deslocamento por meio de transporte aéreo.

Assim, as aeronaves locadas serão utilizadas para o transporte da urna eletrônica sorteada para a auditoria denominada votação paralela, na véspera da eleição, bem como para o atendimento de outras demandas urgentes relacionadas com o pleito eleitoral.

3. PERÍODO DA LOCAÇÃO DAS AERONAVES

Os serviços serão prestados no período de **01/09/2016 a 10/10/2016**, sendo que as aeronaves ficarão à disposição exclusiva do Tribunal nas datas abaixo especificadas:

01/10/2016 - 2 (duas) aeronaves a partir das 6 horas da manhã, para ser utilizada no recolhimento da urna **eletrônica da votação paralela** e atendimento de outras necessidades.

02/10/2016 - 1 (uma) aeronave a partir das 6 horas da manhã, para atendimento de qualquer demanda relacionada ao pleito eleitoral.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

a) Os serviços serão prestados de forma direta pela contratada, com a utilização de aeronaves e pessoal próprio;

b) A contratada deverá transportar, a pedido do Tribunal, todo e quaisquer equipamentos, material e pessoal necessário à realização do serviço que motiva a contratação, respeitando as normas e restrições impostas pelo poder público, em especial pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;

c) Para atender os serviços, a aeronave deverá se deslocar de Palmas para qualquer ponto do Estado do Tocantins dotado de pista de pouso e decolagem e, em horário que haja tempo suficiente para decolagem de localidade com pista sem iluminação;

d) A tripulação da aeronave deverá ser composta, de piloto e co-piloto, ficando a cargo do Tribunal a dispensa do co-piloto, somente se entender a necessidade de transporte de servidor e/ou material imprescindíveis, ainda assim, se na data do deslocamento tal procedimento atender as normas vigentes da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;

e) Deverá ser indicado o local e a forma de contato em sua sede para atendimento das requisições de voo, devendo a aeronave estar à disposição do TRE em no máximo 24 horas após a solicitação, **exceto nos dias 01 e 02/10/2016, quando as solicitações deverão ser atendidas no prazo máximo de 1 hora;**

f) Os deslocamentos da aeronave dar-se-ão sempre a partir de Palmas/TO, não se computando para efeito de pagamento, qualquer trecho que o anteceda, como por exemplo, deslocamento da sede da empresa até a Capital, Palmas;

g) As aeronaves deverão possuir cobertura de seguro nos termos da legislação pertinente.

5. ESTIMATIVA DE HORAS DE VOO

12 (doze) horas.

6. ESPECIFICAÇÃO DAS AERONAVES

Aeronaves tipo bimotor em perfeitas condições de uso, com no mínimo 4 (quatro) assentos destinados a passageiros.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Poderão participar do certame empresas devidamente registradas e em situação regular junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), devendo para tanto apresentar o certificado de registro junto ao mencionado órgão e certidão de regularidade, devendo possuir ainda:

- a) quadro de pilotos devidamente habilitados e registrados no órgão competente;
- b) experiência comprovada na prestação de serviço similar, devendo comprová-lo por intermédio de atestado(s) de capacidade técnica fornecida por órgãos públicos ou empresa privada.

8. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta deve ser apresentada indicando o valor unitário da hora de voo, em moeda corrente nacional, em reais, em numeral e por extenso.

O critério de julgamento das propostas será o do menor preço.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Atender às requisições formuladas pelo contratante;
- b) Assumir plena responsabilidade legal, administrativa e técnica pela execução e qualidade dos serviços;
- c) Colocar a aeronave em perfeitas e adequadas condições de voo, fornecendo combustíveis, lubrificantes, bem como realizar todas as inspeções, revisões necessárias ao perfeito funcionamento da aeronave;
- c1) Em caso de defeitos na aeronave que impossibilite condições perfeitas e adequadas de voo, a aeronave deverá ser substituída por outra com as mesmas especificações em até 2(duas) horas a contar da comunicação do fato.

d) Observar todos os procedimentos de voo, obedecendo rigorosamente o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986), as recomendações de segurança da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e demais regulamentações aplicáveis ao serviço de aviação;

e) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, incluindo as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como, salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo governo;

f) Responsabilizar-se por toda e qualquer indenização por danos causados ao TRE/TO ou a terceiros durante a prestação dos serviços contratados;

g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

h) Apresentar a aeronave devidamente equipada com instrumentos para voos de acordo com as exigências estabelecidas pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC;

i) Os tripulantes responsáveis pelo comando da aeronave deverão possuir habilitação técnica compatível para o tipo de aeronave;

j) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato que vier a ser assinado, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

k) Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, prestando os esclarecimentos que julgarem necessários;

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Formular a requisição de voos de acordo com a necessidade do TRE/TO;

b) Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos, que, a seu critério, exijam medidas corretivas em relação à CONTRATADA;

11. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado à contratada até o 5º dia útil a partir da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente acompanhada dos documentos

"REQUISIÇÃO DE VOO" e **"RELATÓRIO DE VIAGEM"** referente aos deslocamentos discriminados no corpo do documento fiscal, devidamente atestada pelo servidor encarregado da fiscalização dos serviços.

Não havendo deslocamento nos dias 01 e 02/10/2016 ou havendo utilização inferior a 1h30min (uma hora e trinta minutos), será pago à contratada o valor referente à 1h30min (uma hora e trinta minutos) de voo por aeronave por dia.

12. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

A fiscalização e acompanhamentos dos serviços ficarão a cargo da Seção de Segurança e Transportes da Coordenadoria de Serviços Gerais.

Caberá à Secretaria de Administração e Orçamento autorizar os deslocamentos, devendo para tanto utilizar o documento **"REQUISIÇÃO DE VOO"**, conforme modelo I em anexo.

O servidor encarregado da diligência deverá preencher o documento **"RELATÓRIO DE VIAGEM"**, conforme modelo II em anexo, o qual será assinado em conjunto com o comandante da aeronave.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento das obrigações avençadas sujeitará a contratada às sanções previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e nas estipuladas pelo Edital.

Palmas, 27 de janeiro de 2016.

Dalton José R. Milhomem
Seção de Segurança e Transportes
TRE – TO



Anexo I do Termo de Referência

Solicito a Vossa Senhoria o deslocamento de 01 (uma)
aeronave, modelo _____, com saída desta Capital no horário de
____:____, do dia ____/____/2016, e destino para

discriminar a(s) cidade(s)
, com o objetivo de proceder a
entrega de

materiais, equipamentos, servidores, etc. (discriminar nominalmente os servidores)

A aeronave deverá permanecer naquela localidade até a conclusão dos trabalhos ou retornar imediatamente a esta Capital

Palmas, _____ de _____ de 2016.

Secretaria de Administração e Orçamento
TRE/TO

Recebido por:

Às ____ : ____ horas do dia ____ / ____ / 2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
Anexo II do Termo de Referência

RELATÓRIO DE VIAGEM

Destino	
Zona Eleitoral:	Município:
Povoado:	Aldeia:
Finalidade:	

Aeronave	
Modelo:	Prefixo:
Comandante:	

Saída		
DATA: ____/____/2016	SAÍDA: ____:____ HORAS	CHEGADA: ____:____ HORAS

Retorno		
DATA: ____/____/2016	SAÍDA: ____:____ HORAS	CHEGADA: ____:____ HORAS

Total de Horas Voadas	
____:____ HORAS	(QUANTITATIVO DE HORAS POR EXTENSO)

Servidores Transportados	

Materiais e/ou Equipamentos Transportados

Ocorrências

LOCAL:	DATA:
---------------	--------------

Servidor (Nome e Matrícula)

Comandante (Nome e Matrícula)